

A ESTRATÉGIA DE DEFESA DA RAIA ALENTEJANA E A CAPITULAÇÃO DE OLIVENÇA EM 1657: O CASO STÉPHANE AUGUSTE DE CASTILLE

Jorge Penim de Freitas

Professor e investigador na área da História Militar



“E não se deuia descompor hum Caualeiro Estrangeiro, homem de tanta Experiência assim no formar das Batalhas, e Battalhões, Euoluções da Caualleria, E nas mais sciencias despendentes da milicia offençiuua, e deffenciua, E que tem seruido a Vossa Magestade dezinteressadamente tantos annos, com tanta satisfação, E bons successos (...).”

(Petição de Stéphane Auguste de Castille, ou Estêvão Augusto de Castille. ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1661, maço 21-A, caixa 78, consulta de 19 de Julho de 1661)

INTRODUÇÃO: PARA ALÉM DOS PERÍMETROS MURALHADOS, O FACTOR HUMANO

A província do Alentejo constituiu, durante a Guerra da Restauração, o principal palco de operações militares. Por ela passava o eixo de aproximação privilegiado de um exército invasor com rumo à capital portuguesa, dado que

a falta de acidentes de relevo importantes dificultava a defesa passiva. A campanha do Duque de Alba em 1580 era uma memória ainda não muito distante, e embora a Coroa espanhola nunca tenha conseguido pôr em prática a estratégia de operação conjunta entre forças terrestres e armada durante o conflito, o espectro desse perigo esteve sempre presente. Fulcral para a segurança do Reino, a defesa da fronteira alentejana passava por duas vertentes: modernizar os perímetros fortificados das principais localidades, o que implicava, em muitos casos, erguer de raiz o sistema de fortificações; e a acomodação de uma força militar relativamente numerosa em permanência no Alentejo, reforçada em caso de necessidade por tropas provenientes de outras províncias.

O exército provincial constituído no Alentejo era composto na sua maioria por unidades pagas, ou seja, por militares de profissão (ainda que uma profissão não raro imposta pela coerção e consequentemente desempenhada, por vezes, de forma recalcitrante), complementado por forças de auxiliares e da ordenança. Estas eram tropas de segunda linha oriundas da própria província, ainda que, no caso dos auxiliares, pudessem provir sazonalmente de outras províncias durante os meses de campanha, na Primavera e Verão. Entre as unidades pagas contavam-se, por vezes, contingentes estrangeiros, o que se verificou principalmente nos períodos inicial (1641-45) e final (1661-68) do conflito. Mas a presença estrangeira foi uma constante, mesmo fora desses períodos de maior afluxo, pois muitos profissionais da guerra se empregaram, a título particular, no serviço da Coroa portuguesa. Quanto às tropas montadas, dada a natureza do terreno e a necessidade de mobilidade para interceptar qualquer investida inimiga, tiveram no Alentejo uma preponderância que as demais províncias jamais conheceram, quer em números absolutos, quer em proporção com os efectivos de infantaria.

Elvas, Olivença, Campo Maior. Era neste triângulo de praças-fortes que em 1657 assentava o dispositivo de defesa da fronteira do Alentejo. No seu conjunto, albergavam sete dos nove terços de infantaria paga do exército provincial (os outros dois ocupavam os extremos norte e sul do dispositivo, respectivamente Castelo de Vide e Moura), mais do que os efectivos pagos totais das restantes províncias do Reino. Todavia, estes terços destacavam várias companhias para guarnecer localidades menores, como Vila Viçosa, Juromenha ou Alandroal, entre outras. No que tocava à cavalaria, 2/3 da força montada aquartelava-se no conjunto das três maiores praças, espalhando-se as restantes companhias (independentes e não agrupadas em terços, ao contrário da infantaria) por outras localidades. A relativa proximidade entre os núcleos urbanos que constituíam os vértices deste triângulo era fundamental para que, em caso

de ser necessário reunir o exército para sair em campanha, o grosso das forças se concentrasse com a menor perda de tempo possível⁴⁸.

Alojar em permanência uma tal força militar era difícil. O aboletamento era efectuado em casas da população não combatente, embora houvesse diversas isenções, que abrangiam os elementos pertencentes às ordens privilegiadas e os elementos do terceiro estado que serviam nas forças de auxiliares e da ordenança. Estas isenções limitavam a disponibilidade de locais de alojamento, além de aumentarem as dificuldades dos moradores que não podiam escusar-se a acolher em suas casas os militares. A alternativa a que por vezes se recorria nas localidades de menor dimensão era o alojamento das tropas nos castelos de traça medieval, como em Vila Viçosa, Alandroal, Terena ou Monsaraz. A capacidade era usualmente limitada a cerca de 120 homens, o correspondente a uma companhia de infantaria, ficando os soldados sujeitos a piores condições de alojamento do que as que existiam nas casas dos moradores.

Os quartéis, no sentido moderno do termo, eram ainda uma excepção no contexto bélico do ocidente europeu. As frequentes petições das populações de várias localidades à Coroa para que fossem construídos são reveladoras da urgência em aliviar os incómodos causados pelo sistema de aboletamento. As praças com maior número de efectivos em permanência – Elvas, Olivença e Campo Maior – acabaram por beneficiar da construção, ainda que insuficiente, de quartéis para a infantaria. No entanto, por falta de meios financeiros, a sua materialização foi lenta, tal como foi a dos quartéis destinados à cavalaria, a principal preocupação das chefias militares, dado o papel fulcral da força montada para a defesa da província.

Os apertos financeiros impuseram soluções de recurso para o aquartelamento da cavalaria, onde importava mais a conservação dos animais do que o cómodo dos militares. Foram desenvolvidos dois modelos de aquartelamento ao longo da guerra. O menos comum, por ser mais dispendioso, era o que preconizava construções de dois andares, capazes de albergar 60 montadas nas cavaliças do piso inferior e os respectivos cavaleiros nas camaratas do piso superior. Eram deste tipo as cavaliças que se projectaram para Elvas e Olivença em meados da década de 40. O modelo mais utilizado, no entanto, não aliviava de todo as populações, que continuariam a ceder as suas casas para alojamento dos soldados, mas visava acondicionar melhor os cavalos: a construção de estrebarias e manjedouras, que ficariam adjacentes às casas dos moradores. Uma estimativa de 1646 apontava para que se pudessem abrigar

48 FREITAS (2007), pgs.136-142.

assim 1.000 cavalos em Elvas e outros 1.600 repartidos equitativamente entre as vilas de Campo Maior e Olivença, sendo que nesta última já desde 1642 se procedia ao aproveitamento de algumas ruínas para tal fim⁴⁹.

Para as populações da fronteira de guerra, a partilha dos lares com os militares era mais uma provação que tinham de enfrentar. As relações que se estabeleciam eram, não raro, problemáticas, devido aos abusos praticados por soldados e oficiais. Abusos que não se limitavam aos danos materiais e furtos, estendendo-se à violência física sobre os moradores, bem como o estupro. Mais do que as fortificações, que remetiam para uma segurança colectiva, o apartar da indesejada convivência entre paredes estava em primeiro lugar, sendo uma petição frequentemente repetida por ocasião das reuniões das cortes. Os impostos pagos, como o real de água, deveriam ser encaminhados para a construção de quartéis, ao invés de financiarem as obras de fortificação. Mas as prioridades das chefias militares não eram coincidentes, neste caso particular, com as preocupações dos moradores.

Quanto aos militares estrangeiros, a diferença de costumes, língua e, por vezes, confissão religiosa – o que era sentido com maior gravidade – ampliava o mal-estar entre os moradores e os hóspedes que eram obrigados a alojar. Naturalmente mais frequentes nas fontes que se reportam a épocas em que contingentes numerosos estacionaram no Alentejo, os casos de dissensões entre elementos da população local e militares estrangeiros não deixam de ser referidos ao longo de todo o conflito.

O factor humano contava sobremaneira para o sistema defensivo da província do Alentejo, tanto ou mais quanto a traça e a espessura das defesas dos perímetros urbanos. Não era só a qualidade e a prontidão operacional dos militares que importava. Quando uma praça se via ameaçada por um assalto ou cerco intentado por um exército inimigo, era posta à prova a coesão entre a população civil, as suas próprias governanças, as autoridades militares e os combatentes de quem se esperava a defesa de bens, haveres e vidas.

OLIVENÇA E A CAMPANHA DE 1657

No vértice sul do triângulo que formava com Campo Maior e Elvas, e dominando largas planícies a leste do Guadiana, Olivença tinha sido objecto de uma tentativa de tomada em Junho de 1648. O comportamento dos moradores, que bravamente auxiliaram a defesa da vila ao lado dos militares, seria recompensado com a ordem régia para que fossem construídos quartéis junto

49 FREITAS (2007), pgs.173-178.

aos vãos das muralhas, em 1649⁵⁰. A concretização arrastou-se no tempo, como era habitual em casos semelhantes.

A morte de D. João IV em Novembro de 1656 e a situação militar favorável a Filipe IV na Europa (paz com a França, recuperação da Catalunha e subjugação de Nápoles) animaram no monarca espanhol as perspectivas da reconquista de Portugal. Por conseguinte, a guerra iria reacender-se na Primavera de 1657 e a vila de Olivença, após anos sem preocupações de maior quanto a assaltos ou assédios, estava marcada como primeiro objectivo importante da campanha.

Em Março desse ano, o mestre de campo general André de Albuquerque Ribafria escreveu ao Conselho de Guerra, expressando a sua preocupação pela ausência em Lisboa de muitos oficiais do exército do Alentejo. Além disso, recebera informações por parte de um desertor acerca da concentração de homens, cavalos e abastecimentos em Badajoz, em preparação de uma invasão em larga escala. Especulava-se até que, em virtude das pazes entre a Espanha e a França, o renomado cabo de guerra francês Condé pudesse vir assumir o comando do exército estremenho⁵¹. Se as informações a respeito da invasão não tardariam a revelar-se correctas, já do cabo de guerra responsável pelo importante empreendimento militar o nome seria outro: D. Francisco Tutavilla, Duque de San Germán.

Apesar da grave situação que se desenhava perto da fronteira, as intrigas palacianas na corte continuavam a atrasar a nomeação definitiva dos cargos de comando para o exército do Alentejo. Por fim, Martim Afonso de Melo, Conde de São Lourenço, que em duas ocasiões anteriores já governara as armas da província, mas que se encontrava sob prisão no castelo de São Jorge (devido a estar implicado na morte do Conde de Vimioso), foi escolhido pela Rainha regente para ocupar o cargo, em detrimento do Conde de Soure. Manuel de Melo, mestre de campo e governador da praça de Moura, foi nomeado governador da cavalaria⁵², e Afonso Furtado de Mendonça, até então governador de

50 ANTT, Conselho de Guerra, *Decretos*, 1649, maço 9, decreto de 15 de Julho de 1649.

51 ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1657, maço 17, caixa 67, carta de André de Albuquerque, de 8 de Março, anexa à consulta de 12 de Março de 1657. O desertor que prestara as informações era António Viçoso, português natural de Juromenha, mas que em criança passara a viver em Badajoz com os seus pais; fora oficial da contadoria geral daquela cidade, de onde tivera de fugir, disfarçado de frade agostiniano, devido a um crime que ali cometera.

52 O cargo de governador da cavalaria implicava funções semelhantes às de general, mas podia ser desempenhado por um oficial com outra patente; no entanto, a 18 de Abril, já com Olivença sob cerco, Manuel de Melo detinha-se em Moura, dando como justificação para não se ter incorporado no exército o facto de ainda não ter recebido a patente.

Campo Maior, general da artilharia⁵³. Com André de Albuquerque Ribafria, mestre de campo general (ou seja, comandante em chefe da infantaria), ficava completo o alto comando do exército do Alentejo.

Oliveira estava então guarnecida por dois terços pagos de infantaria, comandados pelos mestres de campo Manuel de Saldanha (que era também o governador da praça) e João Álvares de Barbuda. O total era estimado em cerca de 2.400 homens, incluindo-se neste número os milicianos de auxiliares e da ordenança da vila (o Conde de Ericeira refere 4.000 homens⁵⁴, um número exagerado, tanto mais que os terços pagos se encontravam diminuídos pela deserção de muitos soldados); e cerca de 500 cavaleiros em nove companhias, sob o comando do tenente-general francês Achim de Tamericurt, um experiente e prestigiado oficial que viera com os primeiros contingentes estrangeiros em 1641. Na praça assistiam também os engenheiros Jean Gilot (francês) e Diogo de Aguiar. Manuel de Saldanha encontrava-se ausente em Lisboa quando as notícias sobre a concentração de forças em Badajoz começaram a circular. Tinha em seu poder o despacho que o designava para rumar à Índia com o Conde de Vila Pouca de Aguiar, mas a amizade com o novo governador das armas do Alentejo fê-lo mudar de ideias⁵⁵. Chegaria a Oliveira poucos dias antes do início do cerco pelo exército inimigo.

As defesas da praça estavam longe de concluídas, como, aliás, quase todas da província. A estrada coberta não estava acabada e o fosso era pouco profundo. Mas estava bem provida de munições e tinha mantimentos para muitos meses, tendo sido reabastecida na véspera do início do cerco⁵⁶. O Conde de São Lourenço tratou entretanto de pedir reforços a Lisboa (de onde a Rainha ordenou que marchassem para o Alentejo o terço da Armada, o do Senado da Câmara e os terços de auxiliares da Estremadura), bem como às outras províncias. Insistia sobretudo na cavalaria, pois sabia que a do inimigo era superior em número à do exército do Alentejo. Quanto à infantaria dos terços pagos desse mesmo exército, eram *“melhores soldados na aparência, que na realidade”*⁵⁷.

A 13 de Abril, uma sexta-feira, chegou o exército do Duque de San Germán à vista de Oliveira. A descrição mais conhecida dos acontecimentos,

53 Afonso Furtado de Mendonça foi substituído no governo de Campo Maior por D. João de Mascarenhas, Conde da Torre e futuro Marquês de Fronteira, que passou a comandar também um terço pago.

54 ERICEIRA (1679-98), Parte II, Livro I, pg. 25.

55 Idem, ibidem, pg. 22.

56 Idem, ibidem, pgs. 25-26.

57 Idem, ibidem, pg. 29.

desde esse dia até à capitulação e entrega da praça, a 30 do mês seguinte, é a narrativa do Conde de Ericeira na *História de Portugal Restaurado*. Dela se realça o desespero do Conde de São Lourenço, aguardando ordens superiores para socorrer os sitiados ou dar batalha ao invasor, ao mesmo tempo que aguardava em vão pelos reforços provenientes das outras províncias; a inépcia do governador da praça, Manuel de Saldanha, que Ericeira sublinha em várias passagens, a propósito da sua pouca ciência militar; as manobras inconsequentes do exército de socorro; a confusão na comunicação – e consequente má percepção da situação estratégica – entre este exército e os sitiados; a decisão, tão desesperada quanto absurda e sem qualquer possibilidade de êxito, de pôr cerco a Badajoz, tentando compensar a iminente perda de Olivença com a eventual captura daquela praça. E, por fim, nova alteração dos planos, o regresso à decisão de atacar o exército espanhol que sitiava Olivença. Mas era demasiado tarde. Confrontado com o duplo insucesso e sem nada mais poder fazer, o Conde de São Lourenço deu ordem de prisão a vários oficiais portugueses e franceses que se tinham rendido e que desde logo foram apontados como responsáveis pela capitulação de Olivença. Sobre estes e o destino que lhes foi dado nos debruçaremos mais adiante.

A queda de Olivença causou geral consternação. Perdida uma das pedras basilares da defesa da província do Alentejo, temia-se que todo o Reino ficasse à mercê do inimigo, quer pelo enfraquecimento do poder militar, quer pela desmoralização. O próprio Conde de São Lourenço, em carta enviada à Rainha regente, quando ainda se debatia se o exército de socorro deveria ou não procurar uma batalha campal com o invasor, antecipava as possíveis consequências da perda da vila: *“se Vossa Magestade se não rezolue em que socorramos a praça de Oliuença ha Vossa Magestade de perder breuemente toda esta Prouinçia e ariscar a mayor parte do Reyno sem nenhum remedio porque os soldados hão de perder o brio e vallor, e os moradores hão de dezesperarse, e entregarse todas as uezes que o inimigo puzer qualquer exercito em Campanha”*⁵⁸. Todavia, os acontecimentos dos anos seguintes não confirmaram as previsões mais pessimistas. Estremoz substituiu Olivença como vértice do triângulo de praças-fortes onde assentava a defesa da província, mais pela capacidade de alojamento do que pela eventual inexpugnabilidade. A guerra recrudesceu de intensidade e várias praças mudariam de mãos na década de 60, sem consequências de relevo para a condução das operações militares na província do Alentejo ou para a estratégia global do conflito. Mas a sombra da traição – um receio constante,

58 *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, Vol. II, pgs. 258-259, carta do Conde de São Lourenço, de 18 de Abril de 1657.

numa época de tantas incertezas – perdurou por bastante tempo a propósito da perda de Olivença.

UM INIMIGO INTRAMUROS?

Retomando o que foi enunciado na parte inicial da presente comunicação, o bom entendimento e a cooperação entre militares e civis era fundamental para a resistência a um assédio a uma praça fortificada. Só em casos extremos se considerava a possibilidade de uma capitulação sem a mácula da desonra: quando a resistência era claramente inútil por falta de meios militares e de subsistência, quando as fortificações estavam de tal modo desfeitas pelos bombardeamentos que impossibilitariam a defesa efectiva em caso de assalto dos sitiantes e quando era dado como certo que não viria do exterior qualquer auxílio militar. As consuetudinárias leis da guerra permitiam então o entabular de negociações, com a respectiva troca de reféns, em confirmação da boa-fé de ambas as partes. Mais do que uma negociação na verdadeira acepção da palavra, tratava-se da aceitação das condições impostas pelo comandante da força sitiante, limadas aqui e ali por algumas cedências de pormenor aos sitiados, para conferir uma certa magnanimidade na vitória e bondade em relação aos vencidos. A noção de honra era de primordial importância, dependendo a reputação de qualquer chefe militar da observação estrita das capitulações. Deste modo, era habitualmente permitida a evacuação do que restava da força militar rendida, em formação, com armas e bagagens, excepto cavalos e artilharia – e também da população civil, com o que pudessem carregar de bens e haveres pessoais, sendo escoltados por uma parte do exército vencedor até um local previamente estabelecido. Os moradores que desejassem continuar a viver na praça rendida podiam ali permanecer, com a garantia de que não seriam maltratados pelos militares ocupantes.

Quando um cerco se prolongava por muito tempo e os sitiados não mostravam qualquer intenção de se renderem, o comandante do exército sitiante podia ameaçar com o lado menos cavalheiresco, mas também consuetudinário, das chamadas leis da guerra. Significava que, não havendo rendição e tendo sucesso um assalto e sendo finalmente tomada a praça, seria permitido aos soldados saqueá-la livremente, ficando as vidas dos próprios moradores à mercê dos vencedores. Era este cenário macabro que qualquer cabo de guerra competente agitava quando um cerco estava em andamento, na esperança de desmoralizar a população civil e levá-la a pedir a capitulação. De um modo geral, porém, o apego à terra, aos bens e a incerteza do que poderia acontecer

após a rendição, mesmo a honrosa, predispunha os moradores a suportar as condições mais extremas decorrentes de um assédio, como a fome, as doenças, a própria destruição provocada pelos bombardeamentos. A rendição era a derradeira das opções.

Da narrativa do Conde de Ericeira, eminentemente focada nas operações militares, não se vislumbra o que se passou em Olivença entre os moradores e as autoridades militares, no período em que esteve cercada pelo exército espanhol, e que eventualmente tivesse precipitado a rendição. Há, no entanto, a referência a oficiais portugueses e franceses suspeitos de envolvimento numa hipotética traição, que teria culminado na entrega da praça ao Duque de San Germán. Eram eles os mestres de campo Manuel de Saldanha e João Álvares de Barbuda, o capitão de cavalos Stéphane Auguste de Castille, o sargento-mor João Rodrigues Coelho, o tenente-general da artilharia François Du Four e o capitão de infantaria António Barbosa de Brito. Todos passaram vários anos no cárcere.

Um manuscrito anónimo do acervo da Biblioteca Nacional, que foi transcrito, anotado e publicado pelo coronel Horácio Madureira dos Santos⁵⁹, permite compreender um pouco melhor como foi vivido o cerco na perspectiva dos moradores e militares sitiados. Trata-se de uma resenha diária, escrita por alguém que não se identifica, mas que teria tido responsabilidades na governança ou na justiça local. É muito provável que se tratasse do juiz de fora João Graces de Teive, ao qual nos referiremos mais adiante, a propósito do caso do capitão Stéphane Auguste de Castille. Qualquer que fosse a identidade do autor, deixou uma memória dos eventos eminentemente marcada pelo propósito de se demarcar da decisão da entrega da praça ao Duque de San Germán. E logo, de tentar afastar de si qualquer suspeita de traição.

O manuscrito principia a 12 de Abril, quando algumas companhias de cavalaria portuguesa descobrem o exército inimigo em marcha de aproximação, logo pelas sete horas da manhã. No dia seguinte começaram as unidades espanholas a fazer o reconhecimento da praça e nos dias imediatos principiaram os trabalhos de cerco. A correspondência entre os sitiados e o exército provincial, que funcionava, dada a situação estratégica, como exército de socorro, ainda se fazia sem dificuldade. No dia 15 de Abril, pela noite, partiu o tenente-general Tamericurt com a cavalaria, ficando na praça apenas a companhia do capitão Stéphane Auguste de Castille, reforçada por alguns efectivos tirados das outras companhias, num total de 80 elementos. Divi-

59 Santos (1973), "Relação de tudo o que passou em Oliuença e no Campo do Cerco e tomada da praça pellos Castelhanos. Abril anno de 1657", pgs. 185-212.

diu-se a companhia em duas tropas, sendo a segunda comandada pelo tenente Manuel Pacheco.

A 18 de Abril regressaram à praça um soldado e dois rapazes, capturados na véspera quando estavam a colher favas e alhos numa horta. Por um dos rapazes foram distribuídos panfletos que o inimigo lhe entregara, nos quais se apelava a que os moradores abandonassem a praça, que assim lhes seria dado o perdão pelo actos do passado (ou seja, a obediência à Coroa portuguesa), podendo inclusive alistar-se no exército de Filipe IV os que o desejassem; ou, não o querendo fazer, que seriam livres de ir pelos campos, sendo-lhes entregue dinheiro para isso. O panfleto terminava com uma ameaça: que seriam tratados como obstinados e não haveria misericórdia para aqueles que permanecessem na praça depois de colocadas as baterias e abertas brechas. Escritos deste teor foram também lançados à volta da praça, mas segundo o cronista, sem qualquer efeito nos moradores. Nos dias seguintes continuaram a crescer as obras de cerco, mas mantinha-se a correspondência diária entre o governador da praça e o Conde de São Lourenço.

Os primeiros estragos na vila aconteceram a 20 de Abril, quando as baterias de cerco colocadas no outeiro de São Bartolomeu arruinaram várias casas e um convento de frades. De noite prosseguiu o bombardeamento, agora com morteiros que lançavam cargas explosivas, com notável efeito destruidor quando atingiam alguma casa. Mas a primeira baixa mortal só ocorreu a 22, quando uma bala maciça de artilharia carambolou numa das ruas e matou um alferes. A 23, uma carta do Conde de São Lourenço à Rainha dava conta da correspondência trocada com Manuel de Saldanha, de como os moradores estavam animosos e da intenção do Conde de, daí a três dias, marchar com o exército de socorro para a atalaia de Vila Real, à vista de Olivença⁶⁰. A 24 é referido um primeiro caso de deserção, um soldado auxiliar de Évora que se passou para o inimigo.

No dia 25 de Abril intensificou-se o bombardeamento, causando mais destruição nas casas e mortes de pessoas e animais. A situação é posta em carta lavrada pelo governador e pela câmara de Olivença ao Conde de São Lourenço, apelando de novo ao socorro, pois conquanto o inimigo não fosse muito numeroso, ia destruindo casas, olivais e culturas. A 26 faz o memorialista menção de um recontro da companhia do capitão Castille com a cavalaria inimiga, da qual o inimigo sofreu 19 baixas e perda de vários cavalos, sem qualquer dano

60 *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, Vol. II, pgs. 261-262, carta do Conde de São Lourenço, de 23 de Abril de 1657.

para os portugueses. No entanto, nesse mesmo dia é referido um outro caso de deserção de um soldado português.

No dia 28 surge a primeira referência pouco abonatória para o capitão Castille. À noite, quando foram avistados fogos junto de Juromenha, entendeu-se (correctamente) em Olivença tratar-se do exército português, o que deu origem a grandes festejos. Refere o cronista que Castille, para grande escândalo de todos, sustentava que nem era o exército que ali estava, nem haveriam de ser socorridos, e sobre isto fazia apostas. É a farpa mais explicitamente apon-tada ao oficial francês na narrativa.

Os bombardeamentos continuaram a arruinar casas e bens no dia 2 Maio. À tarde mandou executar o governador uma surtida, durante a qual foram infligidas algumas baixas aos sitiantes. A resposta veio à noite, com uma tentativa de assalto, bravamente repelida, o que animou os defensores. Nos combates que se travaram durante a noite esteve presente o autor do manuscrito.

O que não se sabia em Olivença é que o Conde de São Lourenço tinha ins-truções precisas para não arriscar dar batalha ao exército inimigo. O Conselho de Guerra, reunido em consulta em 29 de Abril, enviara à Rainha o seguinte parecer: “(...) *Vossa Magestade deue mandar escreuer ao Conde, que sopena de cazo mayor que elle se não exponha ao risco de Batalha por nenhum cazo; porque entende que ainda que o Successo seja bom, que ainda assim nos perderemos, e que intente as diuerções, e socorros como se lhe tem escrito (...)*”⁶¹. Assim, entre 4 e 5 de Maio, quando o Conde de S. Lourenço surgiu com o exército à vista do inimigo, muito se animaram os defensores. Mas logo se desenganaram, quando no dia 9 foi rompido o contacto.

Os dias que mediarão entre a chegada e a partida do exército de socorro foram de muita chuva, de tal modo que diminuiu a intensidade dos combates. A 9 de Maio, porém, um bombardeamento causou a morte ao sargento-mor engenheiro Diogo de Aguiar. Foi nesse dia que, pela primeira vez, o inimigo propôs conversações. O governador enviou então o capitão António Barbosa de Brito – que a primeira devassa subsequente à rendição iria apontar como o maior culpado da traição – a saber quais eram as intenções dos espanhóis. No regresso, trouxe a confirmação da retirada do exército de socorro, que aparentemente perdera a esperança de poder ajudar os sitiados, bem como a proposta de conversações para uma eventual capitulação. O governador mandou reunir um conselho, no qual tomou parte o autor do manuscrito, além do mestre de campo João Álvares de Barbuda, os engenheiros Du Four e Gilot, o

61 ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1657, maço 17, caixa 67, consulta de 29 de Abril de 1657.

sargento mor Manuel de Magalhães e o capitão Castille. O pesar pelas novidades era geral.

O governador fez um balanço muito negativo da situação: a retirada do exército do Conde de São Lourenço tinha deixado os sitiados à sua sorte; importava agora salvar a guarnição e as vidas e haveres dos moradores, aceitando negociar a capitulação. O autor do manuscrito opôs-se a esta opinião, mas o governador foi secundado pelos engenheiros franceses, que lhe terão dito que, se se rendessem, se comprometiam a retomar a praça em 12 dias. O autor do manuscrito refere que dirigiu, a este respeito, ásperas palavras aos oficiais, mas a verdade é que a retórica de demarcação das decisões tomadas pela autoridade militar começa a ser mais evidente a partir deste ponto.

O autor prossegue, dizendo que se dirigiu à câmara com a notícia de que queriam entregar a praça, numa clara tentativa de exaltar os ânimos dos moradores contra a autoridade militar. Na reunião com os vereadores, Manuel de Saldanha e Gilot conseguiram acalmá-los, dizendo que apenas se entraria em conversações a fim de descansar a guarnição e repor as munições e que os espanhóis esperariam em vão, pois não havia propósito de entregar a praça. Perante este argumento, os vereadores aceitaram que se entrasse em conversações.

Nesse mesmo dia, na sequência de um quase motim dos moradores, provocado pelas novidades acerca de uma eventual capitulação, o governador e o tenente da companhia de Castille descompuseram asperamente um padre que tinha exortado Manuel de Saldanha a defender a praça. Muitas mulheres tinham pegado em armas e acorrido às muralhas, a fim de dar o exemplo da determinação dos moradores em não entregar a vila.

Pela meia-noite foi o autor do manuscrito chamado à presença do governador, que se encontrava acompanhado do engenheiro Gilot. Foi confrontado com o texto das capitulações (*"feitas sem eu nellas dar penada"*, fez questão de frisar) que devia mostrar aos vereadores, a fim de estes dizerem se queriam introduzir modificações para eles e para o povo, e que também desse o seu parecer acerca do capítulo relativo aos frades. Mais uma vez o manuscrito envereda pela auto-justificação – que só tinha tido opinião nesta parte, diz o autor. Depois de vistas pelos vereadores e aprovadas (desde que fossem só para ganhar tempo, como ficara combinado), foram passadas a limpo por sua ordem e entregues ao governador.

No dia 11 chegou um correio do Conde de São Lourenço com a justificação para a retirada do seu exército e a promessa de que a praça seria socorrida o

mais tardar dentro de quatro dias. A carta do governador das armas animou todos e as conversações com o inimigo foram interrompidas, retomando-se as operações de guerra nos dias seguintes.

As insinuações a respeito da conduta de Manuel de Saldanha e de Stéphane Auguste de Castille são retomadas pelo memorialista. O governador é acusado de dirigir uma repreensão muito forte – e em sua opinião, injusta – à acção de vários capitães da ordenança, que tinham feito uma desordenada mas bem sucedida surtida. E Castille é apontado como o causador do insucesso de uma outra surtida, porque saiu a descoberto com a cavalaria antes de tempo e deu azo a que o inimigo se pusesse de prevenção. Mas se havia um propósito de lançar mais suspeitas, o autor não é consistente: por duas vezes, no dia 14 de Maio, foram recusadas por Manuel de Saldanha propostas para o retomar das conversações, e no dia seguinte, a parte da cavalaria comandada pelo tenente Manuel Pacheco combateu com bravura, retomando ao inimigo um forte, que no entanto seria novamente perdido. Entretanto, o engenheiro francês Gilot – outro oficial que o memorialista associava ao governador, na intenção de aceitar conversações – morreu em combate no dia 15.

Dia 19 fez o inimigo chamada para novas conversações e, como acontecera anteriormente, foi encarregado de se dirigir ao campo sitiante o capitão António Barbosa. Tal como da primeira vez, regressou com más novas: o exército do Conde de São Lourenço fora rechaçado em Badajoz e recolhera-se aos alojamentos de Elvas e Campo Maior. Olivença não teria socorro. A versão que o Duque de San Germán fizera passar ao capitão português não correspondia inteiramente à verdade (o exército provincial de socorro ainda estava operacional), mas dada a forma como a notícia foi recebida, a inevitabilidade de uma capitulação parecia mais próxima. Ainda assim, Manuel de Saldanha duvidou do que lhe fora transmitido e mandou prosseguir os combates.

A 22 de Maio, “*fatal dia para Olivença*”, nas palavras do memorialista, pela uma hora da tarde foi feita nova chamada por parte dos espanhóis, para que se retomassem as conversações acerca das capitulações. E é aqui que a versão auto-desculpabilizadora do autor do manuscrito envereda por alguma ingenuidade. Refere que estava a dormir no corpo da guarda da porta da Corna, quando chegou um ajudante da parte do governador e lhe pediu o primeiro original da proposta de capitulações, que guardava na algibeira (embora num passo anterior do relato tenha referido que a primeira proposta tinha sido entregue ao governador, depois de passada a limpo). Deu-lhe o original e voltou a dormir, até que foi acordado pouco tempo depois pelo sargento da guarda, dizendo que acudisse, que havia um motim e o povo queria linchar

o capitão Barbosa de Brito, porque corria pelas gentes que se capitulava com o inimigo. Posto a salvo o capitão, foi o memorialista falar com o governador, que lhe disse que o inimigo lhe dera três dias para negociar. E mais, que punha o destino da praça nas mãos do Conde de São Lourenço, que se ele a quisesse socorrer, que o fizesse, porque tinha meios para isso, e se não o fizesse seria o próprio Conde e não ele, governador, a causar a queda de Olivença.

Argumenta o autor do relato que não concordou com o termo nem com muitos artigos. Refere que acrescentou quatro artigos, sendo apenas um deles aceite, embora com uma modificação, pelo Duque de San Germán: o da concessão de vários dias de espera por um eventual socorro da parte do Conde de São Lourenço, que foram estabelecidos em oito, contra os dez inicialmente propostos. Também neste caso é pouco crível que um artigo deste teor, que era de norma no contexto bélico do período, tivesse sido ignorado no primeiro rascunho das capitulações, a ponto de ter de ser acrescentado posteriormente.

As tensões entre a população e o governador subiram de tom. Geraram-se mais motins e o governador conservou, até ao dia da entrega da praça, três companhias de infantaria de guarda à sua residência. De acordo com as capitulações e já depois da habitual troca de reféns, a 23 de Maio partiram os enviados dos sitiados ao encontro do Conde de São Lourenço, que respondeu no mesmo dia, reiterando a sua vontade de socorrer a praça.

A 28 de Maio regressaram os enviados a Olivença. Entre eles estava o capitão António Barbosa de Brito com um pequeno escrito, da parte do Conde de São Lourenço, no qual se dizia que se cumprisse a ordem de Sua Majestade, que era defender a praça até à última gota de sangue e que o exército socorreria Olivença com todo o risco. O governador convocou então a câmara, a nobreza, o povo, os clérigos e todos os oficiais da guarnição de capitão para cima, para que se tomassem votos sobre esta resolução; mas que não havia pólvora nos armazéns para mais do que três ou quatro dias.

O autor do relato refere que a votação foi feita, excluindo no entanto a nobreza, e que só seis ou sete votaram a favor da capitulação, e destes, quatro passaram depois a Espanha. Os demais votaram a favor de que a praça se defendesse. O governador insistiu em mostrar os armazéns, para que se desenganassem as governanças e o autor do relato acerca do que restava. Mas o memorialista recusou, dizendo que tinha recebido de Sua Majestade uma certidão do almoxarife, em que declarava a pólvora que tinha, que lhe parecia quantidade bastante, se se gastasse com boa ordem, e não tinha outro parecer senão o que já tinha expressado. Disse então o procurador, capitão Manuel Mendes Mexia, que o governador, estimulado do voto do memorialista e dos

votos da governança, estava de acordo de queimar os armazéns e formar os terços, investir as linhas, e salvava-se quem se pudesse salvar. O distanciamento da decisão de Manuel de Saldanha, por parte do autor, é mais vincado à medida que o relato dos acontecimentos se aproxima do final. Afirma que a resposta que deu ao governador foi que a ele lhe ordenavam que defendesse a praça, e não que a perdesse desta ou da outra maneira, e que nem tudo o que dizia podia fazer. Nesse mesmo dia foram os armazéns entregues por François Du Four a D. Diego de Rueda.

À tarde ainda apareceu alguma cavalaria portuguesa à vista da praça, mas a rendição estava consumada e a 30 de Maio foi entregue Olivença ao Duque de San Germán. Apenas 43 casais resolveram permanecer na praça, tendo-se retirado 942, deixando para trás casas e bens.

STÉPHANE AUGUSTE DE CASTILLE: DE TRAIADOR A ALCAIDE-MOR

Manuel de Saldanha, governador de Olivença e principal responsável pela capitulação da vila, foi conduzido sob prisão a Vila Viçosa e daí para a Torre de Belém. Acabou por ser sentenciado em degredo perpétuo para a Índia. Não ficou provado que tivesse agido em conluio com o inimigo, mas a sua incapacidade militar resultou na perda da praça-forte, o que foi considerado um crime de lesa-majestade. Os restantes foram libertos, excepto João Álvares de Barbuda. Sendo cristão-novo e estando preso no Limoeiro, em Lisboa, o antigo mestre de campo foi entregue à Inquisição em 1663 e executado, como “delinquente de judaísmo, negativo e pertinaz”, em 1666. Álvares de Barbuda, oficial com uma brilhante carreira militar, terá sido o bode expiatório ideal, o criptojudeu que pagou com a vida algo que, para a opinião comum, era tido como uma dupla traição – a da fé e a da desonrosa capitulação em que estivera envolvido anos antes. O processo foi conduzido de forma tortuosa e não houve sequer unanimidade dos inquisidores quanto ao merecimento da pena capital⁶².

A acusação formal de traição pendeu também sobre os dois oficiais franceses, Du Four e Castille. O primeiro acabaria por ser afastado definitivamente das fronteiras, todavia inocentado e recompensado. Continuou ao serviço da Coroa portuguesa, sendo nomeado superintendente das ferrarias de Tomar e Figueiró dos Vinhos em 1663, desempenhando assim um papel importante para o esforço de guerra. Quanto a Stéphane Auguste de Castille, a sua versão

62 “João Álvares de Barbuda, relaxado (1600-1666)”, in <http://arlindo-correia.com/021113.html>.

dos acontecimentos é exposta em duas petições, a primeira de 1660 e a segunda de 1661, quando tentava obter a comutação do degredo perpétuo para a Índia – a mesma pena que pendia sobre o ex-governador da praça, numa altura em, segundo o peticionário, os restantes acusados já se tinham conseguido livrar das acusações, excepção feita ao referido Manuel de Saldanha e ao infeliz Álvares de Barbuda.

As petições, que não se encontram datadas, mas estão anexas às consultas do Conselho de Guerra de 8 de Dezembro de 1660 e de 19 de Julho de 1661, incluem uma resenha da carreira do capitão de cavalos. Tinha exercido o posto de capitão de infantaria e da cavalaria na Flandres e fora tenente-general na província da Baixa Bretanha, até ter saído de França *“por alguãs razões, que ô obrigarão”* – razões que não são reveladas, mas que podem estar relacionadas com uma morte causada em duelo (os duelos, apesar de tolerados, constituíam crime), ou com as conturbações em França no decurso da Fronda. Auguste de Castille servia em Portugal desde 1648, mas a sua carreira militar remontava pelo menos a 1637. Queixava-se de que em Portugal servira quase sempre a expensas próprias e que lhe eram devidos mais de 7 anos de soldos em atraso. Invocava a estima que o falecido D. João IV tinha por ele, que o conhecia e honrava com muitas cartas. Estas seriam certamente agradecimentos régios pelo bom desempenho em determinadas acções de guerra, o que era prática comum. Algumas destas acções são recordadas, pela relevância que acrescentavam aos protestos de lealdade do capitão, como a de 3 de Outubro de 1652, em Badajoz, quando 32 companhias portuguesas de cavalos viraram costas ao inimigo, e ele, suplicante, com 120 cavalos somente, acometeu os 28 batalhões inimigos, matando D. Pedro Morillo, um dos seus cabos de maior estimação, e mais 200 homens, oficiais e soldados, fazendo 100 prisioneiros e tomando 270 cavalos.

Alegava ter procedido com muito valor durante o período do cerco de Olivença e que só ficara na praça movido do zelo e por ser a mais urgente, considerável e arriscada ocasião. Saía todos os dias a pelejar fora da estacada, em amanhecendo, obrando acções memoráveis e dignas de grande estimação. Dos 96 cavalos que a sua companhia tinha, veio a ficar somente com 37, e muitos deles muito feridos, além de lhe terem matado debaixo dele 5, a tiros de pistola e a estocadas, em combate.

À data da elaboração das petições, entre três e quatro anos volvidos sobre os eventos que determinaram a sua prisão, Castille afirmava ser o único que ainda não se tinha livrado da culpa (o que não é inteiramente verdade, mas o francês poderia não estar a par do que entretanto se passava com os outros

acusados), e que somente ele e Du Fur tinham sido acusados de traição. Sentindo-se injustiçado, referia que o capitão António Barbosa de Brito, tido na devassa instaurada após a queda de Olivença como o principal culpado, já se tinha livrado. Mas a parte mais significativa das cartas são as acusações que lança sobre outras pessoas envolvidas nos acontecimentos. Vai ao ponto de acusar o poderoso doutor de leis Jorge da Silva Mascarenhas, relator e figura de relevo na corte, de falsificar o processo. Segundo o oficial francês, Mascarenhas teria mandado validar os depoimentos das testemunhas do processo, que tinham sido dadas como falsas numa primeira instância, para livrar e despachar o juiz de fora de Olivença, João Graces de Teive, seu sobrinho, e assim imputar a culpa ao capitão de cavalos. O juiz de fora era inimigo declarado de Stéphane Auguste de Castille desde a ocorrência de problemas entre ambos em 1654. É muito provável que o longo manuscrito de descreve o cerco de Olivença tenha partido da sua pena.

Reiterava Castille que as testemunhas tinham prestado falsas declarações e o tinham acusado por conjuração, para se livrarem de quem temiam. Tenta prová-lo, dizendo que as capitulações da entrega da praça, em que o suplente não participara, se encontravam em duas certidões firmadas pelas mãos das falsas testemunhas na câmara de Olivença e reconhecidas por tabeliães. E que o mais culpado de todos fora o referido juiz de fora, que não tendo por onde se livrar, o fez com a perda do suplicante, tendo alcançado, em lugar de castigo, o cargo de provedor da comarca da cidade de Elvas, *“do Coal Cargo, Deus, Como tan justo, E recto, não permitio deixalo lograr, pois ô alcançou, a Custa da honrra, E sangue, do inocente que padeçe”*. Numa observação final, considerava em sua defesa que o juízo de Deus já tinha actuado contra os conjurados que tinham proferido os testemunhos falsos, pois dos 106 iniciais, apenas 14 ainda estavam vivos, quatro anos após os depoimentos⁶³.

De nada valeram a Stéphane Auguste de Castille estas petições, pois a ambas foi negado provimento. Teria de aguardar alguns anos mais até que a sua inocência fosse reconhecida. Acabaria por ser reabilitado e recompensado pelos serviços prestados. Em 1664, já livre e vivendo em Lisboa, foi-lhe feita mercê e promessa de 300.000 réis de pensão e o hábito de Cristo, que todavia só se viria a materializar em 1669, mas com um valor menor: 100.000 réis. Nesse mesmo ano foi nomeado alcaide-mor de Longroiva⁶⁴.

63 ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1661, maço 21-A, caixa 78, consulta de 19 de Julho de 1661.

64 PORTELA (2013), pgs.514-516.

CONCLUSÃO

Acusações, absolvições e, pelo meio, referências a falsos testemunhos e manipulação do processo movido a pelo menos um dos réus, para encobrir eventuais responsabilidades de um familiar de um importante membro do aparelho administrativo e judicial. As referências do capitão Stéphane Auguste de Castille abrem uma perspectiva de análise acerca de uma trama que se projecta para além do desenrolar das operações militares. Será difícil descortinar, em toda a sua amplitude, as pressões e os receios particulares subjacentes à capitulação de uma das praças mais importantes do dispositivo defensivo da fronteira do Alentejo, cercada por um exército não muito numeroso para um empreendimento de tal envergadura (cerca de 6.500 infantes e 2.500 cavalos, além da artilharia). Por seu lado, o anónimo memorial do cerco está claramente marcado pelo desejo de limpar a reputação do autor – possivelmente o juiz de fora de Olivença, inimigo declarado do oficial francês. Ainda assim, parece existir de facto uma clivagem entre os moradores e a autoridade militar quando os rumores acerca de uma capitulação estão em vias de ser confirmados. Não foi por acaso que o capitão António Barbosa de Brito, designado desde o primeiro momento como parlamentar junto do cabo de guerra inimigo, se tornou o alvo da ira da população – e mais tarde, na primeira devassa, como principal culpado. Não se trataria do proverbial destino do mensageiro portador de más novas, mas da suspeita sobre alguém que estaria a negociar a perda das casas e fazendas dos moradores.

A traição não constituía uma ameaça remota para as praças-fortes. A conquista por este meio era por vezes tentada através do suborno de oficiais e sargentos, que a espionagem de um e outro lado considerava passíveis de ceder à tentação do dinheiro e outras recompensas. Em 1655, na província da Beira, Salvaterra do Extremo foi alvo de uma dessas tentativas por parte do governador de Ceclavín, D. Alonso de Sande y Ávila, frustrada de uma maneira brutal pelo próprio alvo do suborno, o então sargento-mor António Soares da Costa. Anos antes, nos inícios de 1652, tinha sido preparada uma tomada de Badajoz de igual maneira. Aí desempenharam parte activa o tenente-general da artilharia João Leite de Oliveira e o furriel de cavalaria João Dias de Matos, que por diversas ocasiões se infiltraram na praça raiana, com a conivência de dois sargentos do exército espanhol, em missões de espionagem. No entanto, os sargentos viriam a ser denunciados e a intentona foi abortada. Uma nota curiosa: João Dias de Matos viria a estar relacionado com a queda de Olivença. Depois de ter sido tenente da companhia de cavalos de D. Luís de Meneses, desertou para o inimigo, onde passou a ser capitão de cavalos. Foi

nesta condição que participou no cerco de 1657. Capturado pelos portugueses em 1660, foi executado. Entre as culpas que se lhe imputaram constava a de ter tido responsabilidade no processo de capitulação de Olivença⁶⁵.

O que se pode concluir é que uma das pedras basilares do dispositivo de defesa da fronteira do Alentejo caiu, não necessariamente pela imperfeição das suas fortificações ainda incompletas, nem pela traição (pelo menos de forma comprovada), mas pela má conduta das chefias militares, eventualmente com a conivência de alguns elementos da governança local. A falta de sagacidade não foi exclusiva do governador Manuel de Saldanha, pois a condução de toda a campanha foi desastrosa, desde as hesitações do governador das armas do Alentejo e capitão-general do exército, Conde de São Lourenço, até às decisões tomadas a montante, no Conselho de Guerra.

Não foi uma perda tão trágica nem sequer decisiva para a província e para o Reino, como ao tempo se temia. Mas suscitou, em consistência com o quadro mental do período, a necessidade de expiação de um pecado. Todos os acusados no processo passaram por uma espécie de purgatório, consubstanciado num demorado cárcere. A alguns chegou uma redenção tardia – como o caso do capitão Stéphane Auguste de Castille e do seu compatriota e amigo François Du Four. Outros tiveram menos sorte, como Manuel de Saldanha e, sobretudo, o mestre de campo Álvares de Barbuda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes manuscritas

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Conselho de Guerra, *Consultas*, 1657, maço 17, caixa 67, consulta de 29 de Abril de 1657.
- ANTT, Conselho de Guerra, *Consultas*, 1661, maço 21-A, caixa 78, consulta de 19 de Julho de 1661.
- ANTT, Conselho de Guerra, *Decretos*, 1649, maço 9, decreto de 15 de Julho de 1649.

Fontes impressas

- *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, publicadas e prefaciadas por P. M. La-

65 *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, Vol. III, pgs. 57-62, cartas do Conde de Atouguia, de 8, 9 e 11 de Julho de 1660.

ranjo Coelho, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1940, vols. II e III.

- ERICEIRA, Conde da, (D. Luís de Meneses), (1679-1698), *História de Portugal Restaurado. Offerecida ao Serenissimo Principe Dom Pedro Nosso Senhor*, Lisboa, na officina de João Galvão, (2 vols.).
- SANTOS, Horácio Madureira dos (1973), *Cartas e outros documentos da época da Guerra da Aclamação*, Lisboa, Estado-Maior do Exército.

Artigos e Monografias

- FREITAS, Jorge Penim de, (2007), *O combatente durante a Guerra da Restauração. Vivência e comportamento dos militares ao serviço da Coroa portuguesa*, Lisboa, Prefácio.
- PORTELA, Miguel Ângelo, "A superintendência dos tenentes de Artilharia Francisco Dufour e Pedro Dufour nas Reais Ferriarias da Foz de Alge e Machuca", in *Actas do XXI Colóquio de História Militar*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2013, pgs. 505-520.

Páginas especializadas da internet

- <http://arlindo-correia.com/021113.html>